



GÊNERO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR: SOBRE AS RESISTÊNCIAS

Cíntia de Souza Batista Tortato¹
Marília Gomes de Carvalho²

Introdução

O curso “Construindo a igualdade na escola: Repensando conceitos e preconceitos de gênero” realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia – GeTec, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR teve como objetivos:

- Refletir sobre as questões de gênero e diversidade sexual na sociedade em geral e na escola em particular, a fim de promover uma educação democrática e inclusiva, sem preconceitos nem discriminações.
- Lidar com as questões de gênero e diversidade sexual na escola de forma a desconstruir padrões estereotipados que geram exclusão social.
- Contribuir na promoção da equidade de gênero, da diversidade sexual e no enfrentamento, no interior da instituição escolar, ao sexismo e homofobia, bem como promover a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes.

O referido curso foi financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD do Ministério da Educação – MEC. As aulas foram ministradas por pesquisadores do GeTec e atendeu 381 professores (313 mulheres e 68 homens) das redes municipal e estadual que atuam em Curitiba e Região metropolitana.

Com carga horária total de 60 horas/aula, foram ofertados quatro módulos, o primeiro módulo com 10 horas/aula abordou uma breve trajetória histórica do conceito de gênero, o segundo, com 10 horas/aula, tratou das questões de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar, incluindo práticas pedagógicas, material didático, espaço escolar e currículo explícito e oculto. No terceiro módulo, com 10 horas/aula refletiu-se sobre gênero, ciência, tecnologia e mídia abordando gênero e diversidade sexual na produção científica, na produção e uso de tecnologias, estereótipos de gênero e escolha profissional e gênero e diversidade sexual e mídia (cinema, imprensa escrita,

¹ Doutoranda em Tecnologia – UTFPR – cintiatortato@hotmail.com

² Doutora em Antropologia Social. Professora do PPGTE/UTFPR - mariliagdecarvalho@gmail.com



internet e outros. No quarto módulo com 10 horas/aula as reflexões foram sobre equidade de gênero e enfrentamento ao sexismo e homofobia, considerando questões sobre direitos sexuais e reprodutivos, políticas públicas de gestão e ações de instituições governamentais e não-governamentais para o combate ao sexismo, homofobia e defesa dos direitos produtivos e reprodutivos.

Como etapa final, com carga horária de 20 horas/aula, foi proposta aos participantes à elaboração um trabalho no qual se apresentava questões consideradas importantes abordadas durante os módulos e que foram revisitadas e reelaboradas em forma de produção escrita e de propostas práticas voltadas para o alcance dos objetivos do curso nas suas práticas cotidianas.

Entre os (as) participantes do curso estavam professora (e)s dos vários níveis de ensino e das várias áreas do conhecimento, estudantes de Pedagogia, Serviço Social, Educação Física, História, Letras, bibliotecária, agente de apoio, pedagogas, diretor(es)as de escola, outros profissionais ligados à educação regular e profissional e representantes do sindicato de professores do Paraná, dentre outros.

Sensibilizar as/os profissionais da educação sobre a importância de se abordar as questões de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar foi o eixo principal que norteou as ações desenvolvidas durante as aulas. Desde a escolha dos materiais, passando pelas formas de abordagem dos assuntos até as respostas solicitadas ao grupo no fim de cada atividade, a intenção foi despertar nos participantes a percepção de questões que normalmente são vistas como naturais, mas que muitas vezes criam ou reforçam preconceitos e discriminações.

Gênero e as políticas públicas

As políticas públicas relacionadas à inserção da perspectiva de gênero na educação começaram a surgir nos documentos legais a partir da Constituição de 1988, como consequência das lutas históricas do movimento feminista, e depois com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998). Essas políticas representaram um avanço, porém, segundo Vianna e Unbehaun (2006, p. 407):

...embora esses documentos constituam importantes instrumentos de referência para a construção de políticas públicas de educação no Brasil, a partir da ótica de gênero, contribuindo com a formação e com a atuação de professoras e professores, essas políticas não são devidamente efetivadas pelo Estado.³

³VIANNA, Claudia; UNBEHAUN, Sandra. *Gênero na educação Básica: Quem se importa?* Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. Revista Educação e Sociedade, Campinas, volume 27, n.95, maio/ago. 2006.



Entre as questões levantadas pelas autoras em sua análise de documentos de políticas públicas no Brasil, está o questionamento acerca da sistematização e aprofundamento das questões que compõe a perspectiva de gênero e outras, como as de classe etnia, orientação sexual e geração, num trabalho constante e permanente junto aos educadores e ao currículo.

Para uma efetiva inclusão de questões voltadas para o combate às desigualdades sociais, cabe ao poder público oferecer o suporte teórico e prático necessário. Para Vianna e Unbehaun (2006, p. 407):

A consolidação do gênero nas políticas públicas de educação é uma tarefa do Estado, e esta dependerá da disponibilidade de recursos e da inclusão das demandas de gênero na educação pelos governos que se sucederem. Não somente como demandas pontuais, em um ou outro aspecto do currículo. Essa tarefa exige, entre outras medidas, uma revisão curricular que inclua na formação docente não só a perspectiva de gênero, mas também a de classe, etnia, orientação sexual e geração. Mais do que isso, é preciso incluir o gênero, e todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades, como elementos centrais de um projeto de superação de desigualdades sociais, como objetos fundamentais de mudanças estruturais e sociais.⁴

São notórias, porém pontuais, as iniciativas governamentais relacionadas à inclusão de debates e de formação do professores englobando questões relacionadas aos estudos de gênero no sentido de buscar uma equalização de direitos e condições para homens e mulheres. O reconhecimento de que a escola foi historicamente estruturada de forma a tornar invisíveis as desigualdades denota uma preocupação em buscar uma educação mais abrangente para todos que passam pela escola sem distinções entre meninos e meninas.

Madsen (2008), em sua dissertação de mestrado apresentou uma pesquisa exploratória que mapeia o processo de construção da agenda de gênero dentro do sistema educacional brasileiro, no período entre 1996 e 2007. Segundo a autora:

Como resultado, identificou-se a coexistência de duas agendas de gênero e educação paralelas: a primeira, inaugurada em 1996, com a nova Lei Nacional de Diretrizes e Bases (LDB) e com a série de reformas educativas realizadas pelo Estado brasileiro ao longo dos anos 1990, que responde aos compromissos internacionais assumidos pelo país; e a segunda, inaugurada em 2004, com a formulação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) no Ministério da Educação. O percurso dessas agendas, sua posição no interior do Estado, bem como seu grau de complexidade e seu entendimento do que são e onde se localizam as desigualdades de gênero, não são os mesmos. Enquanto a primeira, que começa a se desenhar em 1996, parte do centro para as extremidades, ou seja, das bases legais que definem a educação como política pública para a formulação de políticas nacionais de educação, a segunda circula pelas extremidades, pelas políticas de gênero em educação e pela incidência pontual em algumas políticas nacionais de educação, sem haver conseguido, até agora, chegar ao centro.⁵

Essa observação vem a confirmar as iniciativas do poder público e também a sua fragmentação. As dificuldades de tornar os trabalhos com gênero, sexualidade, diversidade sexual

⁴ VIANNA, Claudia; UNBEHAUN, Sandra. Op.cit.

⁵ MADSEN, Nina. *A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)*. Soc. estado. Brasília, v. 23, n. 3, Dec. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 27/09/09



mais presentes nas práticas pedagógicas transcendem a desintegração das políticas públicas e passam também pela resistência das pessoas que fazem o dia a dia da escola. Os profissionais da educação são sujeitos inseridos em um contexto social que vem sofrendo grandes mudanças nas últimas décadas, onde as “verdades” por tanto tempo defendidas estão sendo severamente questionadas e postas a todo tipo de prova. As identidades de cada profissional, relacionadas ao seu sexo, gênero, etnia, condição social, formação, cultura e vivência acumulada interferem na sua forma de se ver e de ver o outro no mundo social, o que, no caso do professor pode comprometer o trabalho. Para Hall (2006, p.7):

A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.⁶

Na realização de cursos de capacitação sobre questões de gênero e diversidade sexual na educação, a crise de identidade apontada por Stuart Hall (2006) pode ser visualizada através das falas e depoimentos dos professores e professoras presentes. Um exemplo muito contundente:

...porque...eu sou uma que já tinha alguma informação, já tinha ido atrás, já tinha pesquisado esses assuntos, claro que superficialmente... mas esse curso pra mim tá dando vários motivos pra eu me perguntar coisas que há cinquenta anos eu convivo e eu nunca me perguntei... nunca me perguntei ...⁷

Sinais de resistência

Trabalhar conceitos, noções, construções e desconstruções⁸ leva tempo e demanda um esforço conjunto, não basta constar nas orientações ou legislações, é preciso aproximar a escola e todos que participam dela às contribuições dos especialistas e suas construções teóricas. Para Auad (2006, p. 86):

A escola, para que haja aprendizado, interfere nas hipóteses das crianças sobre os conhecimentos matemáticos, científicos e lingüísticos. Da mesma maneira, há de se intervir nos conhecimentos relativos às relações de gênero, às relações étnico-raciais, geracionais e de classe, para que as discriminações e desigualdades acabem.⁹

E ainda mais, é preciso extrapolar os limites da sala de aula e envolver todos que fazem parte da escola, pois “cada espaço da instituição - as salas de aula, a sala de professores, a cozinha,

⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*; tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁷ Depoimento de uma professora de segunda série do ensino fundamental num curso de capacitação sobre relações de gênero e diversidade sexual na escola.

⁸ Louro (1997, p. 30) situa a idéia da desconstrução referindo-se à historiadora Joan Scott que coloca “a idéia de que é preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino”, reforçando que essa oposição também “é construída e não inerente e fixa”. E ainda, em Louro (2004, p.42) “Desconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma.”

⁹ AUAD, Daniela. *Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.



o saguão, o corredor ou o pátio – tem características comuns e, também, particularidades que lhe são próprias, configurando sua própria cultura” (STIGGER e WENETZ, 2006, p. 73)¹⁰.

Durante as atividades desenvolvidas muitas vezes ficou clara a dificuldade que os professores e professoras enfrentam ao depararem-se com situações relacionadas a questões de gênero, preconceito, diversidade, sexualidade. As falas ouvidas durante o curso foram confirmadas após a leitura dos trabalhos escritos entregues como fechamento do curso. Ao mesmo tempo em que foi notória a mudança de perspectiva por parte dos e das docentes, os preconceitos, os medos e as dúvidas ainda mostraram-se muito presentes nas colocações e nas sugestões que os participantes do curso levantaram como possibilidades para uma capacitação contínua. Seguem algumas observações retiradas dos trabalhos escritos diante da pergunta:

Como são tratadas em seu ambiente de trabalho/estudo as questões discutidas no curso (violência de gênero, preconceitos, gênero, discriminação, hierarquização, estereótipos,...)?

Alguns têm coragem de falar sobre o assunto, mas não trazer uma discussão coletiva, inclusive em alguns casos discriminando o colega que se supõe ser homossexual. Há muito preconceito nesse ambiente e hipocrisia, pois todos sabem que é algo que precisa ser discutido por todos e ninguém quer tocar no assunto como se quem fizesse isso fosse se comprometer (...)

Percebo que no ambiente de trabalho ainda é pouco discutida a questão de gênero pois requer conhecimento, e que muitos profissionais não tem, e em sua maioria, vêem o assunto como não necessário.

(...) São poucas as pessoas que conheço que não cometem algum tipo de preconceito. E essas atitudes já são consideradas “normais” pois as vezes são realizadas piadas e conversas com algum tipo de preconceito que passam despercebidos por serem tão freqüentes. (...)

(...) o ambiente escolar não tem favorecido nem um pouco a difusão destes temas, começado pelos docentes, mesmo que inconscientes, são preconceituosos. (...)

Na verdade, observamos que existem poucos profissionais da escola com algum conhecimento a respeito do assunto e, por isso muitas vezes se omitem nas questões de gênero. (...)

Em nosso ambiente de trabalho as questões discutidas no curso são consideradas como indisciplina, rebeldia, desrespeito às leis e normas estabelecidas. A escola não assume as diferenças existentes ente os variados gêneros e isso torna mais difícil evitar que essas diferenças se tornem desigualdades. (...)

Não são tratadas. Não existe espaço para isso, pois não sobra tempo devido ao imenso número de atividades que precisamos desenvolver. (...)

Claro que são situações difíceis de resolver, embora ainda temos alguns que reprimem e punem. (...)

No meu ambiente de trabalho as questões referentes à violência de gênero são discutidas a partir de situações pontuais que aparecem no dia a dia da escola. (...)

São questões consideradas como naturais, cotidianas, e discutidas apenas em pequenos grupos (somente os diretamente envolvidos em casos específicos). (...)

¹⁰ Pesquisa realizada visando estudar as relações de gênero que se manifestam no momento do recreio escolar.



Além da questão de gênero, também a questão da sexualidade parece estar “bem resolvida” nas escolas. Ninguém tem preconceito, mas quando toca-se no assunto, as mazelas aparecem. Começam as piadas, os depoimentos, as histórias de pessoas e, enfim, apesar de todas as afirmações em contrário, os preconceitos surgem. Dificilmente abrem-se espaços para discussão das atitudes que devemos ter frente a homossexualidade.

Na escola em que trabalho os professores preconceituosos sempre inventam alguns argumentos para não debatermos o tema e as atitudes passam a ser individuais e resumem-se a algumas poucas ocasiões.

Posso observar com exemplos concretos, como no meu atual emprego chega ao ponto de homens e mulheres almoçarem em horários diferentes, para que não haja contato entre as pessoas.

Na escola ainda nos deparamos com muitos profissionais da educação mal capacitados, muitas vezes imersos em seus preconceitos, com relação a gênero, orientação sexual, estereótipos, ou seja incapazes de levar a sala de aula assuntos discutidos ao longo do curso.

Existem alguns trabalhos pontuais em um dado momento e vários professores trabalham determinado tema (sexualidade, racismo, preconceito, etc.) mas não há um trabalho seqüencial, efetivo.

O que ocorre muitas vezes é um trabalho bem elaborado, mas com a participação de um ou dois professores apenas. Não é um trabalho em grupo.

No nosso ambiente de trabalho, a escola, notamos que as questões abordadas são tratadas com cordialidade, mas com indiferença. Todos os componentes do grupo, têm em suas escolas programas e projetos associados ao Projeto Político Pedagógico, que abordam os temas abordados em nosso curso. Entretanto a ênfase está nos programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez precoce, abordando portanto questões como homossexualismo e preconceito contra a mulher ou de raça, de forma indireta e/ou superficial

São questões consideradas como naturais, cotidianas no grupo social, e discutidas apenas em pequenos grupos (somente os diretamente envolvidos em casos específicos). De modo geral, cada um age seguindo sua própria convicção do que é coerente naquele momento, não havendo um consenso em relação ao que é desrespeito, preconceito, estereótipo,... Apenas quando ocorre um fato “grave” ou quando se pretende criar novas regras é que se reúne um grupo maior para discussão.

Com base nas observações dos professores e professoras é possível perceber uma consciência crítica em torno das questões abordadas durante os estudos. A percepção e a sensibilidade necessárias para fazer uma leitura da prática escolar e identificar os problemas parecem estar satisfatoriamente desenvolvidas, no entanto, em outras observações essa percepção não se confirma, ou ainda existe a percepção mas isso não leva a uma ação. Como exemplo estão as respostas dadas à pergunta:

Que ações têm sido desenvolvidas no seu local de trabalho/estudo para enfrentar/debater as questões apresentadas no curso?

A única ação efetiva esse ano foi a leitura de textos sobre as novas identidades sociais ainda que com risos por parte de muitos colegas, violência e preconceitos e nada mais.

Debates e oficinas na semana cultural.

(...) sempre que a oportunidade surge é um momento de debate e reflexão sobre os valores, conceitos e preconceitos envolvidos.



Alguns poucos professores, comentam superficialmente com seus alunos, mas ações propriamente ditas, como um projeto com a finalidade de educar, discutir estas questões não se faz presente nem em meu ambiente de trabalho (que por sinal é uma escola), nem em meu ambiente acadêmico.

(...) conversar, cada vez mais, com os alunos (...)

Em um dos colégios que trabalho como houve um grande número de professores e pedagogas que participaram do curso, acredito que a partir de agora as questões trabalhadas no curso tomem uma atenção especial e sejam trabalhadas com um enfoque diferenciado do que se vinha trabalhando.

(...) Ainda trabalho com a educação infantil, mas a escola ainda não apresenta nenhuma ação para enfrentar/debater esses temas. (...)

(...) as ações são isoladas, sempre partindo de alguns professores que trabalham dentro de sua própria matéria, devido ao seu planejamento atual, ou a textos nos livros didáticos. (...)

(...) Não está sendo desenvolvido nenhum trabalho específico para esse fim em nossa escola (...)

Esporadicamente são convidados alguns profissionais para debaterem assuntos de gênero na escola. (...)

No ambiente de trabalho são poucas as ações desenvolvidas para enfrentar as questões debatidas no curso. (...)

A equipe pedagógica, a equipe da direção e alguns professores trabalham com aluno individualmente e às vezes com turmas inteiras, sempre que surge um problema relacionado às questões de gênero.

Poucas são as ações desenvolvidas para enfrentar essas questões. É mais fácil ignorá-las. (...)

Na minha opinião muito pouco ou nada tem sido feito.

(...) Infelizmente o que acontece na sociedade é repetido nas sociedades. A crença de que as diferenças aparecem, tenta-se camuflar de tal maneira que não exija mudanças de posturas. Todo aquele que não se molda aos padrões estabelecidos, têm que se ajustar ou será excluído para não trazer transtornos ao ambiente. Com estas atitudes, fica parecendo mais fácil conviver em sociedade o que é um ledo engano. Deixar de detratar um assunto não significa que ele não existe. Apenas aumentamos o preconceito e a discriminação. Assuntos envolvendo a sexualidade são tratados como se fossem questões biológicas e dificilmente saem desta esfera. As pessoas tendem a ter preconceito daquilo que nunca tiveram informações nem contatos nem debates. Essas atitudes colaboram no combate da discriminação, da violência, de gênero e outros tipos de minorias.

As escolas de todos os componentes do grupo tentam desenvolver algum tipo de reflexão e debate através de eventos e trabalhos durante o ano letivo. No entanto esses eventos e trabalhos são desenvolvidos de forma esporádica e sem grande embasamento teórico por parte dos professores, limitando assim o processo pedagógico.

Poucas são as ações desenvolvidas para enfrentar essas questões. É mais fácil ignorá-las. As ações desenvolvidas ocorrem sempre com pequenos grupos e num curto período de tempo, nem sempre surtindo os efeitos desejados. Geralmente, apenas os professores de Ciências trabalham a sexualidade; os de Educação Física trabalham a violência; os de História as questões de gênero e preconceito racial. Em raros momentos vemos ações multidisciplinares.

Considerações

Ao término do curso, muitos dos participantes demonstraram uma grande mudança de atitude e de forma de pensar em relação ao início das atividades. O trabalho com os temas embasados teoricamente e ilustrados com a prática relatada pelos próprios envolvidos mostrou-se



muito pertinente. As atividades desenvolvidas através de dinâmicas e propostas possíveis de serem reproduzidas nas escolas também revelou um ótimo resultado, a sensibilização pretendida foi alcançada levando –se em conta as observações relatadas após a conclusão dos trabalhos. Eis alguns exemplos:

“Já na escola o que se observa é a total falta de esclarecimento e de capacitação dos próprios gestores e professores no sentido das novas identidades sociais, pois a instituição não se preparou para os novos desafios contemporâneos, que envolvem uma nova estrutura social (...)”

“E os estereótipos são sempre os mesmos, tudo aquilo e aquele considerado “diferente” é discriminado (...)”

“(...) professores que ainda tratam a homossexualidade como anormal e repassam isso aos alunos; professores que ignoram situações de discriminação de gênero, ou por desconhecimento ou por opção. (...)”

“Passei a notar com mais clareza os diversos tipos de preconceitos, nas mais variadas situações que passamos diariamente. Onde uma simples conversa descontraída, ou um discurso ideologizante, podem estar carregados destes tipos de preconceitos abordados durante o curso.”

“A partir do curso começamos a perceber várias situações em que o preconceito e conceitos já estabelecidos estão muito evidentes, como o sexismo, situações como, por exemplo, tudo que é diferente é muito discriminado, pessoas de mesmo sexo não podem ter uma vida juntas, e não podem adotar crianças. (...)”

“(...) percebi que não há como se falar em igualdade na escola, sem discutir o próprio sistema, pois, o preconceito e discriminação não estão somente na escola, na família, no trabalho, na religião, na mídia, mas, está principalmente na classe de maior poder aquisitivo.”

“Passei a observar com outros olhos situações no ambiente de trabalho, principalmente com relação ao corpo discente, onde os preconceitos algumas vezes acontecem de forma mascarada em forma de brincadeiras ofensivas.”

A grande procura que houve pelo curso demonstrou a importância e a necessidade de se ofertar cursos como estes para os profissionais dos mais diversos níveis de ensino. Quando encontram oportunidades, as professoras e professores se dispõem a participar e a buscar novos conhecimentos, nas mais diversas áreas com o intuito de melhorar suas práticas docentes e possibilitar uma melhor compreensão da diversidade que se encontra no espaço escolar. Convidados a sugerir formas de inserir as questões abordadas no curso para a efetivação das ações voltadas ao combate ao preconceito e às desigualdades em geral os participantes sinalizaram a necessidade de:

“Um debate aberto entre os profissionais da instituição sobre tais questões.”

“Cursos e palestras, com pessoas que tenham um contato maior com estas questões, direcionados aos alunos e membros da comunidade, afim de desde logo, ir inserindo uma nova visão na sociedade.”

“Reuniões mensais ou bimestrais com especialistas e mais cursos.”

“Sem dúvida é necessário trabalhar primeiramente com o corpo docente (...)”

“(...) cursos de capacitação para professores, funcionários (...)”

“(...) formação de um grupo de gênero dentro da escola (...)”



“Cursos preparatórios para os professores, funcionários, secretárias.”

“Criar grupos de estudo e discussão sobre os referidos temas, e oferecer uma caixa de relatos vivenciados ou sugestões que não exija identificação do remetente (é sabido que nessas caixas serão colocadas agressões, brincadeiras, etc, mas sempre se consegue algo que auxilie no trabalho).”

“É necessário todo um processo de formação que mostre as diversidades como algo presente na sociedade e não algo que tem que ser combatido. Para que possamos ter um debate que ajude na formação dos nossos alunos, é imprescindível que o professor esteja preparado.”

“Questões como violência de gênero, homofobia, sexismo fazem parte do contexto escolar e devem ser encarados francamente pela escola e debatidos para serem superados. Não se devem deixar esses assuntos, por serem espinhosos, para serem discutidos em seminários e sim, discutidos em sala de aula no momento que as dúvidas ou os preconceitos se evidenciam e com a franqueza e singeleza que merecem.”

O objetivo deste curso foi debater sobre as questões de gênero que se manifestam no ambiente escolar, buscando sensibilizar as participantes sobre a importância de tal reflexão para a construção de uma educação democrática e igualitária, visando a redução das desigualdades sociais e provocar indagações e inquietações nas participantes levando-as à reflexão sobre as representações de gênero e suas relações na educação. Com base nos trabalhos de conclusão e nos depoimentos dos participantes pode-se concluir que este objetivo foi atingido plenamente. Após a sensibilização as professoras e professores foram estimulados a buscar na internet, nas universidades, nas bibliotecas, junto a grupos e núcleos de estudo de gênero mais materiais, bibliografias e apoio para seus estudos e com isso, se preparar cada vez mais para enxergar e enfrentar as manifestações de preconceito que surgem no dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. *Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*; tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MADSEN, Nina. *A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)*. Soc. estado. Brasília, v. 23, n. 3, Dec. 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo> > Acesso em 27/09/09.

STIGGER, Marco Paulo; WENETZ, Ileana. *A construção do gênero no espaço escolar*. *Revista Movimento*, Porto Alegre, volume 12, n.1, janeiro/abril, 2006.



VIANNA, Claudia; UNBEHAUN, Sandra. Gênero na educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, volume 27, n.95, maio/ago. 2006.